

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR

17/12/2014

Aos dezessete dias do mês de dezembro de dois mil e catorze, às dez horas e vinte e cinco minutos, na sala de reuniões da Reitoria do Instituto Federal do Rio de Janeiro, teve início a segunda reunião ordinária do Conselho Superior do IFRJ, sob a Presidência do Magnífico Reitor, Paulo Roberto de Assis Passos. O Presidente contou com a presença dos (as) senhores

5 (as) Conselheiros (as): Luiz Edmundo Vargas de Aguiar (Representante Ex-Reitor), André José Firmino Nogueira Neto (Representante Titular FAPERJ), Alex Luiz Santos (Representante Titular FECOMÉRCIO), Marilda Pimenta Melo (Representante Titular FIRJAN), Rodney Cezar de Albuquerque (Representante Titular Diretores-Gerais), Wallace Vallory Nunes (Representante Titular Diretores-Gerais), Florinda do Nascimento Cersósimo

10 (Representante Suplente Diretores-Gerais), Marcus Vinícius da Silva Pereira (Representante Titular Docente), Anderson Wilson da Silva Henriques (Representante Suplente Docente), Marco Aurélio Passos Louzada (Representante Titular Docente), Marco Aurélio do Espírito Santo (Representante Titular Docente), Fabiano Godinho Faria (Representante Titular Docente), Jefferson Robson Amorim da Silva (Representante Titular Técnico-administrativo),

15 Fabiana Silva Curty Penteado (Representante Suplente Técnico-administrativo), Joana Darc Machado Pereira (Representante Titular Técnico-administrativo), Otávio Pereira Carneiro (Representante Titular Técnico-administrativo), Jane Francisco da Silva Valpassos (Representante Titular Técnico-administrativo), Maria de Fátima dos Santos Vieira (Representante Suplente Técnico-administrativo), Douglas de Souza Liborio (Representante

20 Suplente Discente), Alex de Oliveira Gomes (Representante Titular Discente), Marcius Henrique da Silva Borges (Representante Suplente Discente), Wallace Luiz de Assis Barbosa (Representante Suplente Discente), Madonna Suelen Melo Eiko (Representante Titular Discente), estiveram ausentes os conselheiros, Fernando Cesar Pimentel Gusmão (Representante Ex-Reitor – sem Justificativa), Marcelo Machado Feres (Representante Titular

25 MEC – sem justificativa), Paulo Roberto Wollinger (Representante Suplente MEC – sem justificativa), Marilda Pimenta Melo (Representante Titular FIRJAN – com justificativa), Sérgio José Teixeira (Representante Titular SEDEIS – sem justificativa), Helio de Oliveira Maia (Representante Titular CUT – sem justificativa), Cristiane Henriques de Oliveira (Representante Titular Diretores-Gerais – com justificativa), Victor Gabriel Dias Guagliardi

30 (Representante Suplente Egressos - sem justificativa), e como convidados presentes: Ana Beja e Marcelo Japiassú Ramos.

No expediente inicial, o presidente agradeceu a presença dos conselheiros. Em seguida, informou que o servidor Eládio Filho solicitou um esclarecimento quanto ao oferecimento das vagas do estacionamento da Reitoria. O presidente disse que seria necessário realizar um

35 levantamento para averiguar quantos conselheiros internos e externos utilizam o estacionamento nos dias de reunião do ConSup. Após contabilização, foi decidida que serão reservadas, aos que chegarem primeiro, 4 vagas para os conselheiros externos e 4 vagas para os conselheiros internos. Nessa reunião, a pedido do presidente, o conselheiro externo, André Luiz (FECOMÉRCIO), apresentou-se, em virtude de ser a sua primeira reunião no ConSup.

40 Dando continuidade, seguiu-se para aprovação da Ata da última reunião. Após as contribuições dos conselheiros Marcus Vinicius Pereira, Marco Aurélio Louzada, Alex Gomes e Jefferson Amorim, a Ata foi aprovada por todos os conselheiros. A Conselheira Jane informou que não tem recebido os e-mails do ConSup. Essa questão será verificada pela secretaria do Conselho.

45 O conselheiro Jefferson entregou as observações referentes ao regimento da CPA à secretaria do ConSup, que as remeterá ao servidor Marcos Freitag. O presidente informou que alguns conselheiros solicitaram a cópia da gravação das reuniões do ConSup e que todos os conselheiros deverão aprovar a liberação do áudio da reunião. O conselheiro Marco Louzada perguntou ao presidente o porquê da autorização do áudio, pois, teoricamente, as reuniões poderiam ser transmitidas, em tempo real para os servidores do IFRJ. O presidente informou

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR

17/12/2014

50 que a videoconferência entrará como ponto de pauta e que precisaria da aprovação dos
conselheiros. Informou também da preocupação com a liberação do áudio, por ser de foro
íntimo, e ressaltou não ser contra ou a favor da liberação do mesmo. O Conselheiro Fabiano
falou que a reunião do Conselho Superior é uma reunião institucional, pública e que a gravação
da reunião poderá ser solicitada pelos conselheiros. O Conselheiro Rodney sugeriu a
55 disponibilização da gravação no site institucional. O presidente informou que solicitou à DGTI
a instalação de equipamentos nos auditórios para a transmissão das reuniões, relatando que, em
alguns *campi*, o aparelho para a videoconferência se encontra nos gabinetes dos diretores
gerais. Acredita que, para a próxima reunião, haverá a transmissão da reunião por
videoconferência, o que foi consenso entre os conselheiros. Em informes, o presidente disse
60 que esteve na reunião do CONIF e a matriz orçamentária foi o ponto de pauta tratado. Disse
que foi recebido um comunicado do MEC para que a efetivação do orçamento se concretizasse
até o dia 25 de novembro. Foi prometido que, caso o recurso não fosse executado, haveria
devolução do valor ao instituto. O Conselheiro Luiz Edmundo sugeriu uma alternativa legal.
Relatou que, na sua gestão, fazia-se empenho na conta do próprio Instituto e o restante era
65 inscrito no modo “a pagar”. Nos anos posteriores, solicitava-se ao Presidente da República um
Decreto específico, autorizando o retorno, do tesouro ao financeiro, daquele empenho que
havia feito, dentro do limite orçamentário. Disse ainda que o Ex-Presidente Lula assinou um
Decreto em 2010, tornando possível fazer essa repactuação automaticamente, permitindo
utilizar o recurso. O presidente informou que está ciente dessa orientação e que solicitou aos
70 DG’s, em uma das reuniões do Colégio de Dirigentes, que os empenhos sejam realizados até o
mês de agosto de cada ano e executados no mês seguinte. O Conselheiro Jefferson solicitou a
matriz orçamentária. O presidente disse que todos os Diretores-Gerais possuem o documento e
pediu ao conselheiro que fizesse a solicitação à Direção-Geral do *campus* Rio de Janeiro. Outro
ponto informado pelo presidente foi que o SINASEFE e o PROIFES entregaram uma
75 reivindicação sobre controle de ponto docente. Destacou que esse assunto tem sido pauta de
discussão no CONIF. Outro ponto informado foi referente ao SISU. Houve um pedido para que
o SISU seja antecipado no período anterior ao início das aulas. Informou também que, no mês
de maio, haverá o Fórum Internacional de Educação, explicando a importância da participação
de todos nesse evento. Sobre o RSC, o presidente informou que o IFRJ estaria bem avançado
80 em relação aos outros institutos. Disse também que o IFPB desenvolveu um *software* para
executar o fluxo de encaminhamento do RSC. E, por fim, disse ainda que os aposentados que
solicitaram a aposentadoria nos últimos 5 anos poderão pedir a “desaposentadoria” para
solicitar o RSC, desde que sejam pagos 5 anos de “pedágio”, independentemente do tempo que
estejam aposentados. O Conselheiro Fabiano alertou que existe risco para os servidores que
85 retornarão ao serviço público obterem a nova aposentadoria com as regras do atual regime
previdenciário. Antes da ordem do dia, o presidente informou aos conselheiros que dois
representantes egressos - Felipe Coelho e Victor Guagliardi - solicitaram renúncia ao Conselho
Superior. O presidente sugeriu que a suplente Gláucia Santos da Silva seja promovida para
ocupar a representação titular dos egressos. Propôs também a convocação do quinto inscrito
90 para ocupar a suplência e, ainda, a abertura de nova consulta para a ocupação da vaga da
segunda suplência, que está vaga. Foi consenso entre os conselheiros. Em ordem do dia, o
presidente disse que houve uma solicitação do conselheiro Marco Louzada para a inclusão da
pauta referente às FG’s do *campus* Arraial do Cabo. O presidente solicitou que a pauta fosse
invertida, para explicar a situação do referido *campus*. Foi consenso entre os conselheiros. O
95 presidente relatou que houve *campi* que solicitaram Funções Gratificadas e Cargos de Direção
a partir da mudança dos seus organogramas. Disse que anteriormente firmou acordo com os
DG’s que se comprometeram a instituir os seus colegiados de *campi* no prazo de vinte e um
dias após o término da greve e que, por conseguinte, tais modificações de organograma teriam

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR 17/12/2014

100 que ser submetidas ao colegiado de *campus*. No caso específico do *campus* Arraial do Cabo, houve a dificuldade da criação do referido colegiado. O Diretor desse *campus* entregou, através de memorando, a aprovação do seu organograma, por *ad referendum*. O presidente informou que uma modificação de organograma por *ad referendum* não poderia ser considerada e que deveria ser remetida novamente ao colegiado. Disse também que o mesmo diretor havia entregado, no dia anterior, uma ata, aprovando os nomes das pessoas que preencherão as

105 funções do novo organograma sem a prévia aprovação dos cargos/organograma. O presidente disse que mesmo assim concedeu a autorização e pediu que a DGP fizesse a elaboração das Portarias. Após o esclarecimento, o conselheiro Marco Louzada lembrou-se de que o conselheiro João Gilberto esteve presente na última reunião, e, após consulta à DGP, ele havia informado que as Portarias estariam prontas, faltando apenas as assinaturas. O mesmo

110 conselheiro disse que as informações não se encaixavam, pois, após novo contato com a DGP, o setor afirmou que as portarias não estariam prontas. Disse ainda que a DGP teria que dar conta da instituição, pois a responsabilidade é do referido setor. O presidente ressaltou que o problema não seria apenas da DGP, mas sim da instituição, pois todos são servidores e têm a responsabilidade de zelar pelo bem da instituição. Em seguida, o conselheiro Fabiano solicitou a leitura de e-mail do Diretor João Gilberto, encaminhado ao Reitor, com cópia aos outros

115 conselheiros. O presidente disse que o assunto tratado era do conhecimento de todos e que já tinha sido resolvido. Disse também que a leitura abriria a necessidade de futuras explicações, mas o conselheiro Fabiano sustentou a necessidade da leitura ser efetuada. O presidente, após a leitura do email, esclareceu os seguintes pontos: leu uma parte da Ata do ColDir, realizado no dia 16 de junho, que menciona o acordo entre o Reitor e os Diretores-Gerais para a criação dos

120 colegiados de *campi*; leu a Ata do CoCam de Arraial do Cabo, do dia 30 de outubro (apreciação e votação da criação das FG's), aprovação *Ad referendum* e por fim, leu a Ata do 09 de dezembro do CoCam de Arraial do Cabo, que apresenta a aprovação dos nomes indicados para os cargos comissionados. A Conselheira Jane disse que as informações não foram diretas, esclarecidas e concretas. Lamentou muito pelo conselheiro e diretor João

125 Gilberto não estar presente na reunião. O presidente disse que todas as informações prestadas foram ditas também na reunião do Colégio de Dirigentes. A conselheira Jane disse que o diretor não sabia dessas informações. O presidente respondeu que a Ata do Colégio de Dirigentes está no site institucional. A Conselheira Maria de Fátima disse que não seria conveniente prolongar esse assunto, pois o Conselheiro João Gilberto não estava presente na

130 reunião. O presidente lembrou que foi o primeiro a mencionar que a leitura não seria relevante, no entanto, uma vez que foi lido o e-mail, sentiu-se obrigado a prestar esclarecimentos. O Conselheiro Jefferson solicitou sensibilidade quando se referirem à DGP, pois todos são passíveis de erros. Os Conselheiros Wallace e Florinda disseram que todo o fluxo de

135 constituição de colegiado de *campus* e de submissão dos novos organogramas a esses tinham sido tratados e explicados no Colégio de Dirigentes. O Conselheiro Rodney destacou que o *campus* Arraial do Cabo tem mais dificuldades devido sua estrutura menor e refletiu também a respeito das normas, que são iguais para todos, ressaltando o esforço de trabalho desse *campus*. Ao finalizar, o presidente disse que partiu dele uma solicitação aos DG's para que vislumbraassem a possibilidade de remanejamento de FG's que ficaram vagos a partir do

140 recebimento das FCC's pelos *campi*, citando que ao *campus* Arraial do Cabo foram concedidos um FG 1, um FG 2 e dois FG's 4. Disse ainda que não existe nessa Reitoria qualquer posição contrária ao campus Arraial do Cabo, mas sim a valorização de todos os *campi*. Dando continuidade, seguiu-se para a ordem do dia. O primeiro ponto de pauta foi o Regulamento do

145 Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE. O conselheiro Jefferson entregou à professora Ana Beja a Legislação Brasileira sobre Pessoas Portadoras de Deficiência – 5ª edição/2009 – Câmara dos Deputados. O Conselheiro Alex solicitou a retirada

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR

17/12/2014

da “página 127” no artigo 2º e a inclusão da lei que institui o PDI no corpo do texto. No artigo 3º, o conselheiro Rodney explicou que, devido à especificidade de cada *campus*, o NAPNE não permanece subordinado à Direção Geral. O professor Marcelo Japiassú disse que o NAPNE, se estivesse subordinado ao DG, teria mais força política. O Conselheiro Luiz Edmundo propôs que cada *campus* defina o órgão ao qual ficaria vinculado. No artigo 4º, o conselheiro Alex solicitou a alteração de “mantém das” por “mantidas pelas”. Ainda no mesmo artigo, no parágrafo 11º, o conselheiro Luiz Edmundo solicitou a inclusão das ações e decisões do NAPNE no site institucional. No artigo 5º, do parágrafo 1º, o conselheiro Luiz Edmundo propôs a inclusão “escolhida entre seus pares” após representação discente. No artigo 6º, a conselheira Florinda disse que a escolha do coordenador deverá ser indicada pela Direção Geral. No artigo 11º, o conselheiro Luiz Edmundo sugeriu a retirada do inciso 3, alegando que deveria ser dado o mesmo tratamento para o coordenador do NAPNE, em relação aos coordenadores que trabalham no IFRJ. Houve consenso entre os conselheiros que o cumprimento da carga horária para os coordenadores seria de, no mínimo, 8 horas semanais. No artigo 14º, o conselheiro Jefferson solicitou a retirada do termo “psicopedagógica”. Foi consenso entre os conselheiros a inclusão do texto “pelo profissional das áreas envolvidas”. Para finalizar, no artigo 17º, foi consenso entre os conselheiros a inclusão dos textos “não previstos nesse regulamento”, após os casos omissos, e após o NAPNE, “ouvidos os DG’s”. Após contribuições, o Regulamento do NAPNE foi aprovado por unanimidade pelos conselheiros. Em seguida, o presidente agendou a próxima reunião ordinária para o dia 11 de fevereiro de 2015. Disse também que a próxima reunião extraordinária teria como pauta os editais de remoção dos servidores docentes e de técnicos administrativos, tendo como previsão de reunião a primeira semana do mês de janeiro. O conselheiro Fabiano solicitou a inclusão da pauta “dedicação exclusiva” para os servidores que ingressaram no IFRJ após a vigência da Lei 12.772. O presidente corrigiu o conselheiro, retificando que são os servidores docentes que prestaram concurso para a carreira EBTT antes da vigência da nova lei, mas que tomaram posse após a vigência. O presidente disse que essa situação foi solucionada. O Conselheiro Fabiano disse que tem contato com esses servidores e conjecturou que a situação ainda não teria sido resolvida. Em seguida, perguntou ao presidente se já foi assinada a DE dos mesmos. O presidente fez o relato do caso. Explicou que houve candidatos que prestaram concurso ainda sob a vigência da lei antiga (para 40 horas, como constava no edital). Alguns deles tomaram posse após a vigência da nova Lei, na qual o regime de trabalho é de 20 horas ou 40 horas DE e, em casos excepcionais, 40 horas, mas tendo que ser submetida previamente ao Conselho Superior. A DGP, na época, entendeu que o edital deveria preponderar sob a nova lei, e nomeou esses servidores para 40 horas. Alguns professores abriram processo para solicitar a mudança para 40 horas DE. O presidente informou que esta situação não poderia ser atendida, pois, de acordo com a nova lei, para ser promovido de 40 horas para dedicação exclusiva, o docente deverá cumprir o estágio probatório. Entretanto, disse que há o entendimento, respaldado pelo Procurador Institucional, de que o regime de trabalho adotado foi indevido, portanto, os docentes poderão ser atendidos. Ratificou que reconhece o direito desses servidores, relativos à obtenção da dedicação exclusiva, e informou que o despacho para que seja feito o cancelamento da portaria de nomeação e concessão da portaria, atribuindo regime de trabalho de 40 horas DE, se encontra na DGP. Solicitou ao conselheiro a verificação das informações. O Conselheiro Fabiano disse que é necessária a correção do termo de posse, não sendo correto mantê-lo. Disse também que esses processos estão na DGP, pendentes de assinatura. Solicitou novamente esse ponto de pauta para a próxima reunião do ConSup. O presidente reafirmou que o caso já estava resolvido. O professor Marcelo Japiassú, presidente da CPPD, confirmou as informações prestadas pelo presidente. Disse também que há 12 professores que estão na mesma situação e que ainda não foram avaliados pela CPPD. O

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR
17/12/2014

presidente enfatizou que esses processos não passaram pela DGP, PROJU e Gabinete da Reitoria. A conselheira Jane solicitou, como ponto de pauta, a progressão *per saltum*. O conselheiro Douglas solicitou que, para a próxima reunião, o primeiro ponto de pauta a ser discutido seja o GT para a discussão de matérias a serem apresentadas no ConSup. O presidente alertou que a próxima reunião extraordinária tem como objetivo a discussão dos editais de remoção. O Conselheiro Fabiano solicitou também a inclusão de pauta referente aos servidores, funcionários da Veiga de Almeida e empresas que trabalharam no concurso e que ainda não receberam o pagamento pelo trabalho prestado. O presidente informou que existe um GT para averiguar esse e outros casos relacionados com a Fundação (FUNCEFETEQ). O Conselheiro Anderson lembrou os pontos de pauta dessa reunião e citou a Resolução 51, que tratava da alteração do Regulamento do Ensino Médio, principalmente da recuperação paralela. Citou que a próxima reunião ordinária acontecerá em fevereiro, na qual a recuperação paralela estará em vigor. Enfatizou que o ConSup não apreciou a mudança do Regulamento. O presidente disse que mudança de Regulamento não precisa ser encaminhada ao Conselho, pois existe uma resolução do ConSup, Nº 17 de junho de 2010, que delega competências aos conselhos acadêmicos. O Conselheiro Marcus Vinicius informou que a data da Resolução Nº 51 estaria datada do dia 21 de novembro e a instrução normativa que regulamenta a recuperação paralela estaria datada do dia 24 de novembro. A Conselheira Florinda informou que a Resolução 51 seria implementada no período letivo 2015/1. O conselheiro Jefferson solicitou a Portaria de posse dos conselheiros e lembrou o presidente das implicações decorrentes das faltas consecutivas dos conselheiros representantes do MEC. O presidente disse que, na próxima reunião, tratará desse ponto. O Conselheiro Luiz Edmundo disse que, para os conselheiros externos, não se aplica a perda de mandato por motivo de falta. Por finalizar, o presidente convidou a todos para a confraternização de final de ano, que ocorreria no dia seguinte. O Presidente agradeceu a presença de todos, encerrando a reunião às 14 horas e 30 minutos, e, nada mais havendo a ser tratado, eu, Viviane Jordão, Secretária do Conselho Superior, encerro a presente Ata, que seguirá assinada por mim e pelo Presidente.

225